



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1007614-97.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária**
 Requerente: **Banco Bradesco Financiamento S/A**
 Requerido: **Marinelia Bispo Bonfim**

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A ajuizou ação contra **Marinelia Bispo Bonfim**, pedindo a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial, objeto de alienação fiduciária, haja vista a inadimplência do(a) mutuário(a), que deixou de pagar as prestações mensais do financiamento.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão.

A ré foi citada e contestou o pedido, apresentando proposta de parcelamento da dívida e relatando tentativa frustrada de composição.

Manifestou-se o autor, pelo acolhimento do pedido inicial.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não houve purgação da mora.

Não se pode impor ao autor aceitação da proposta de parcelamento da dívida, porquanto a lei faculta ao devedor fiduciária a purgação, vale dizer, a quitação.

Não houve entrega voluntária do bem ou acordo de extinção da obrigação. Houve, sim, a retomada em razão de inadimplência.

A ré À falta de contestação, reputam-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial (Código de Processo Civil, artigo 344), com a consequência jurídica do acolhido do pedido.

Anote-se que a alienação fiduciária em garantia está documentalmente comprovada.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e transformo em definitiva a medida liminar concedida, declarando consolidada a propriedade, assim como a posse plena e exclusiva do autor, sobre o bem objeto da ação, levantando-se o depósito judicial, com a faculdade de promover a venda, na forma estabelecida no artigo 3º, § 5º, do Decreto-lei nº 911/69.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da causa, atualizado, embora suspensa a execução (CPC, art.98, § 3º).

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 11 de setembro de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA